

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E HOSPITALIDADE COSMOPOLITA: PROPOSTAS DE FUNDAMENTOS MORAIS PARA NOVAS PESQUISAS

Data de submissão: 26/04/2024

Data de aceite: 02/05/2024

Michel Presley Fernandes

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – *Campus* Foz do Iguaçu/PR – Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado em “Sociedade, Cultura e Fronteiras”
<http://lattes.cnpq.br/7532886316957787>

RESUMO: O presente estudo pretende promover diálogo entre as problemáticas das áreas da política linguística com noções e conceitos elaborados por Adela Cortina na obra “Aporofobia”. Estudiosa da filosofia moral, tal autora nos insere no debate da origem dos preconceitos, sustentando terem eles origem tanto na evolução moral quanto na própria predisposição genética do ser humano. Aponta que a principal forma de preconceito é aquela voltada contra o pobre, encarado como o “descapacitado” na sociedade de trocas, e propõe diversas formas de combate a esse tipo de atitude discriminatória, dentre eles o que chama de “hospitalidade cosmopolita”. Tal ideia dialoga, a um tempo, com as noções de “preconceito linguístico”, na acepção de Marcos Bagno, podendo servir aos estudiosos de políticas linguísticas como importantes pontos de partidas para pesquisas em suas respectivas áreas.

PALAVRAS-CHAVE: políticas linguísticas, aporofobia, preconceito, hospitalidade cosmopolita.

LANGUAGE POLICIES AND COSMOPOLITAN HOSPITALITY: MORAL FOUNDATIONS PROPOSALS FOR NEW RESEARCH

ABSTRACT: This article intends to promote a dialogue between the field of Linguistic Policy and notions and concepts developed by Adela Cortina in her work “Aporophobia”. A moral philosophy scholar, this author introduces the reader to the debate on the origin of prejudices, arguing that they originate both in moral evolution and in the genetic predisposition of the human being. She points out that the main form of prejudice is that directed against the poor, seen as the “disabled” in the exchange society, and proposes several ways to combat this type of discriminatory attitude, among them what she calls “cosmopolitan hospitality”. Referred idea dialogues, at the same time, with the notion of “language prejudice” in Marcos Bagno sense, being able to serve language policy scholars as relevant starting points for research in their respective fields.

KEYWORDS: linguistic policy, aporophobia, prejudice, hospitality, cosmopolitan.

INTRODUÇÃO

O presente estudo busca promover diálogo entre as problemáticas acerca da relação entre poder e as línguas suscitadas pelos estudiosos das políticas linguísticas com as noções conceitos sustentados por Adela Cortina (2020) na obra “Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia”.

O objetivo central perseguido é levantar as perspectivas de alguns autores cujas teorizações servem como pontos de partida para pesquisas no âmbito das políticas linguísticas: Michel Foucault (*apud* SEVERO, 2013), Pierre Bourdieu (2008) e Xoán Lagares (2018), propiciando um contraste entre as suas ideias no que diz respeito a um dos principais temas da área, qual seja, o do preconceito linguístico. Este será apreciado conforme Marcos Bagno (2015), a partir do qual pretende-se que o texto promova diálogo com o conceito de aporofobia, “rejeição ou aversão ao pobre”, a qual é, segundo Cortina, o preconceito de origem de todos os outros tipos de atitude preconceituosa e discriminatória. É de se destacar que tanto Foucault quanto Bourdieu contribuem para o debate desde uma perspectiva filosófica e sociológica, sendo tal contribuição possível vez que o campo de estudos nominado Política Linguística é interdisciplinar.

Com esse debate, ao final do texto pretendemos apresentar ainda uma das possíveis formas de enfrentamento para tal preconceito primitivo, a noção de “hospitalidade cosmopolita”, desenvolvida por Cortela para estimular novas atitudes institucionais frente a diversidade e à pobreza, e, aqui vislumbramos, adiantadamente, um caminho possível para problematizações na área das políticas linguísticas, em razão justamente da necessidade de se ter em consideração que estas se operam em âmbitos de diversidades linguísticas.

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS: BREVE REVISÃO CONCEITUAL

Em estudo dedicado a relacionar as teorizações do filósofo Michel Foucault e as diversas problemáticas afetas ao campo das políticas linguísticas, Severo (2013), após promover uma revisão conceitual em que denota as diversas possibilidades de conceituação daquelas políticas, sustenta, com base em Noss e Spolsky (SEVERO, 2013, p. 454), ser possível notar-se

duas dimensões políticas em jogo: uma que vincula a dimensão política mais fortemente às atuações institucionais, verticais, oficiais e jurídicas; e outra que prioriza uma política vinculada às crenças e práticas locais, às ideologias e às motivações que levam os sujeitos a fazerem uma ou outra opção linguística. Essas duas perspectivas de poder, uma vertical e outra horizontal, serão retomadas na seção seguinte.

Essa noção bidimensional já adianta a pretensão da autora de fazer dialogar com as problematizações e objetos de estudos das políticas linguísticas com a acepção de poder própria de Foucault, filósofo que se debruçou sobre as características do poder nas sociedades modernas.

Para a autora, Política Linguística, no singular, foi inicialmente um campo científico disciplinar cuja origem se deu no tempo em concomitância à Sociolinguística, sendo que o “nascimento” de ambas as disciplinas teria se dado em um evento na Universidade da Califórnia no ano de 1964. Após conceituar disciplina, mencionando diretamente Foucault (“[...] uma disciplina se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpo de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos” – SEVERO, 2013, p. 452), Severo adianta que a Política Linguística passou pelo processo de busca de legitimação próprio das ciências de caráter positivista, em que a busca pela racionalidade se impõe como superação da subjetividade e dos interesses.

Dessa fase positivista a Política Linguística passará a abordagens que justamente procurem definir entre seus objetos de estudo a temática do poder, e isso gera complexidade àquelas abordagens. Se inicialmente a Política Linguística tinha por alvo os estudos acerca da intervenção estatal nas ocorrências linguísticas, Severo colaciona estudos que corroboram a heterogeneidade de contextos e de níveis a serem estudados: estes passam a ser diferenciados em macro (nacionais), meso (regionais) e micro (locais), e aqueles apontam para relações entre práticas linguísticas para além daqueles regulados pelos ditames oficiais, como por exemplo na comunicação de massas e no mundo dos negócios. Nas páginas seguintes, Severo, com base em Einer Haugen (1966), ainda procura diferenciar Políticas Linguísticas e Planejamento Linguístico, que em síntese envolve a realização daquelas políticas em níveis de intervenção para a busca de objetivos tais como o “planejamento de *corpus* (codificação, elaboração de alfabetos, gramatização, sistematização do léxico, manuais literários, entre outros)”, o “planejamento de usos (políticas de divulgação e uso das línguas)”, dentre outros (SEVERO, 2013, p. 454); ainda recorre a outros autores, com maior grau de análise, porém sem fornecer um conceito descritivo.

Essa diversificação importa pois ela gera para os estudiosos a necessidade de ampliar os escopos teóricos que embasam os estudos, e é aqui que Severo colaciona as contribuições de Foucault para tal. Ao enunciar que a partir dela é possível compreender que “todo discurso é político, na medida em que produz efeitos variados sobre a realidade, os sujeitos, as relações, os comportamentos, as línguas, entre outros. (SEVERO, 2013, p. 458)”, a tese central para a sustentação já fica adiantada: poder e línguas são interligados, e as formas como essas interligações se dão importam ao estudioso das Políticas Linguísticas.

Importa registrar a síntese de Severo para quem

De forma geral, o filósofo defende que é impossível viver fora das malhas do poder, mesmo porque o poder não é um objeto que se detenha, não se concentra nas mãos de uns em detrimento de outros, não opera apenas vertical e hierarquicamente e não se vincula apenas às instituições. As relações de poder são múltiplas, difusas, fluidas, dinâmicas e vinculadas, diretamente, à produção, circulação e recepção dos discursos. (SEVERO, 2013, p. 458)

Essa definição de poder difere da acepção corrente que procura acentuar os polos de exercício (as relações vertical e horizontal) e a institucionalidade do poder, e as diferenças indicadas por Foucault possibilitam a Severo estudar as dinâmicas das práticas das Políticas e dos Planejamentos Linguísticos mediante a eleição de seis itens.

A primeira preocupação é denotar que o poder se exerce não apenas ao nível central, isto é, do Estado e em suas manifestações jurídicas nacionais, mas também “nas extremidades”, isto é, no nível micro, “na relação entre as línguas, as línguas e os sujeitos, e as línguas e o Estado pode ser feita a partir de um enfoque local.” (SEVERO, 2013, p. 459). Aqui Severo colaciona exemplos da valorização por entes municipais brasileiros de línguas indígenas, a revelar preocupação de tais entes em promover diversidade e inclusão, valores inegavelmente democraticamente, dizemos.

Um segundo aspecto a ser perseguido nos estudos é a percepção de que o poder não se restringe a uma intencionalidade, não fazendo muito sentido a busca pela sua origem ou fonte, vez que é difuso na sociedade, de tal sorte que uma “política linguística de inspiração foucaultiana” viria a “averiguar, em uma rede de poder mais ampla, de que maneira os discursos oficiais, ou os “detentores” do poder e das decisões oficiais (os “dominadores”) são afetados por uma mesma dinâmica de poder que constitui também os “dominados” (SEVERO, 2013, p. 461).

O terceiro item ainda aponta para o exercício do poder em rede, porém desta vez para considerar como objeto de estudos variáveis outras como a homogeneização discursiva (casos em que uma língua acaba por sobrepujar outras num contexto de diversidade, porém de maior prestígio de uma em relação às outras), influência de fatores econômicos e mercadológicos, ideológicos e políticos sobre a gestão das línguas, e ainda um fator destacado por Severo como inicialmente visto como “neutro”, que é a própria tecnologia; esta também traz obstáculos à melhor circulação e convívio das diversas línguas nas sociedades contemporâneas. Severo destaca, porém, que websites como o Google já incorporaram, com mecanismos como o Google Tradutor, concepções de aprendizagem da diversidade de línguas, fato este que vem ao encontro das melhores expectativas das Políticas Linguísticas vistas do ponto de vista da diversidade e da inclusão.

Quarto item da proposta de estudos baseados na filosofia foucaultiana é a pesquisa dos meios pelos quais “as esferas reguladoras utilizam, transformam ou se apropriam de uma dinâmica local da relação entre os sujeitos e as línguas, pois isto passa a ter um valor

político ou econômico.” (SEVERO, 2013, p. 465). Em síntese, Severo destaca aqui que é ilusória a visão de que o inglês, língua franca na internet, seja uma língua totalmente imposta, e que os grandes agentes políticos e econômicos que por ela se comunicam sejam totalmente desinteressados pelas outras línguas; havendo imenso público consumidor não habilitado em inglês, os sites daqueles agentes são a cada dia mais traduzidos para que se possam introduzir tal público nas relações de consumo, vez que, tendo acesso em sua própria língua, ganha maior confiabilidade.

O quinto item fundamenta-se fortemente na concepção de Foucault de que o poder opera mediante discursos, procedimentos, técnicas, enfim, diversas práticas que colocam em funcionamento “aparelhos de saber”, que por sua vez não se confundem com ideologias. Essa distinção é importante pois tais aparelhos funcionam de maneiras mais sutis, podendo ser retomado como exemplo aqui o Google Tradutor – sua alimentação com traduções das mais diversas línguas é feita pelos próprios usuários, e assim a faceta da verticalidade do poder fica obnubilada, não havendo como falar em exploração no senso comum da palavra.

Por fim, a sexta característica do exercício do poder é a sua permanente possibilidade de gerar resistência; no caso das Políticas Linguísticas, fica evidente, segundo Severo, que o inglês usado na internet não é nem a variação norte-americana, nem a variação inglesa, não sendo possível portanto falar-se em alguma espécie de dominação simples por parte daquelas nações por meio da língua. Neste ponto a autora faz ainda ressalva significativa para os estudiosos do campo, sendo que a citação, apesar de longa, merece aqui ser feita pelas implicações que promoverá para o restante do presente texto:

A circulação de uma variedade de línguas não garante, por si só, a circulação de visões de mundo diversas, embora a língua possa ser tomada, entre outros elementos, como bandeira de resistência de grupos subalternizados e colonizados, como é o caso de algumas etnias indígenas que usam os discursos em defesa da língua indígena como estratégia de resistência ao apagamento e silenciamento impostos aos indígenas pela colonização (OLIVEIRA; PINTO, 2011). Por outro lado, o monolinguismo também não pode ser tomado como sinônimo de homogeneização cultural e social. A possibilidade de circulação de discursos plurais, que carregam diferentes visões e formas de ser/estar no mundo, em uma “mesma língua” funciona também como resistência à colonização discursiva e cultural. É o caso da Literatura Indígena, em que os escritores indígenas utilizam politicamente a escrita em língua portuguesa para materializar os discursos e valores indígenas, inclusive para fazer a memória, tradicionalmente atualizada por práticas orais, ecoar e se fixar pela escrita ocidental. (SEVERO, 2018, p. 468)

Creemos que estas palavras denotam um compromisso ético da autora, e bem assim do próprio campo de estudos das Políticas Linguísticas e dos Planejamentos Linguísticos, com uma visão de mundo e de ciência que não se compraz com a simples observação da realidade, mas com a superação das mazelas sociais, dentre elas as desigualdades e o preconceito linguístico.

A VISÃO DE PIERRE BOURDIEU

Em texto intitulado “A produção e a reprodução da língua legítima”, Pierre Bourdieu inicia suas reflexões de maneira similar à de Severo na medida em que também faz diagnóstico de concepções positivistas entre os estudiosos da língua. Após apontar tais concepções entre autores como Comte, Chomsky e Saussure, critica-os por não se aperceberem daquilo que identifica como “leis sociais de construção” da língua, vez que, ao partirem, em suas teorizações, da identificação da língua como algo cuja origem não cabe indagar, acabam por aceitar tacitamente a imposição da chamada “língua oficial” (BORDIEU, p. 29/31).

Para Bourdieu, é necessário desvelar os mecanismos sociais por trás da formação e perpetuação da “língua oficial”, que em cada Estado nacional está ligada a processos de unificação linguística que envolvem a) a imposição de uma das variantes da língua em detrimento das demais, que acabam por ser relegadas a dialetos, desprovidos do mesmo prestígio da língua nacional; b) a criação de um sistema escolar que promova a inculcação e a conseqüente valorização da língua nacional, vez que sua aquisição por parte menos abastada da população passa a ser um importante meio de ascensão social; c) uma geração daquilo que o autor identifica como uma “unificação do mercado”, isto é, para que o utente da língua oficial possa ter livre trânsito na sociedade, há uma série de estímulos, da ordem da dominação simbólica, no sentido de que abandone os usos linguísticos destoantes e se conforme aos usos desse mercado linguístico (BOURDIEU, pp. 32/39). Essa apertada síntese nos permite passar à avaliação que o autor faz desse processo de aquisição da competência linguística, que era justamente o objeto da sua crítica nos autores mencionados; neles, tal competência aparecia como algo natural, alcançado pelo praticante da língua em cada Estado nacional como capacidade inata, o que mascara as grandes cargas de violência simbólica envolvida naquele processo de aquisição (BOURDIEU, pp. 41/42). Em trecho eloquente, a sua definição do que vem a ser a língua legítima permite compreender bem qual o papel de tal violência nesse processo:

Por essa razão, a língua legítima é uma língua semi-artificial cuja manutenção envolve um trabalho permanente de correção de que se incumbem tanto os locutores singulares como as instituições especialmente organizadas com esta finalidade. Por intermédio dos seus gramáticos, responsáveis pela fixação e codificação do uso legítimo, e de seus mestres que impõem e inculcam tal uso através de inúmeras ações corretivas, o sistema escolar tende (nesta e em outras matérias) a produzir a necessidade de seus próprios serviços, produtos, trabalhos e instrumentos de correção. (BOURDIEU, p. 48)

Como se depreende destas linhas, Bourdieu pretende criar uma teoria que possibilite a compreensão do fenômeno da língua legítima aliada aos fatos a ela subjacentes, isto é, trazendo para a análise fatores de legitimação não interiores à própria língua. Além do sistema escolar e dos gramáticos, são interessados na defesa da língua oficial aqueles que

dela retiram o que Bourdieu chama de “lucro distintivo”; são aqueles cujo uso daquela língua importa até mesmo como meio de obtenção de cargos públicos e distinções sociais como escritores. Todo esse processo é, repetimos, atravessado por forte violência simbólica, que Bourdieu identifica ainda com intimidações, censuras, “olhares desaprovadores”, enfim, mecanismos sociais tais cuja eficácia na imposição da língua é tal que levam o autor a falar num “código secreto”, aludindo aqui à palavra código no mesmo sentido que os juristas, isto, é, um corpo de leis (BORDIEU, p. 38).

A VISÃO DE XOÁN CARLOS LAGARES

Nas próximas linhas sintetizaremos algumas das contribuições de Xoán Carlos Lagares (2018) para esse debate; mais especificamente, sua compreensão acerca da relação entre língua legítima, poder estatal e mercado.

Lagares concorda com o historiador Benedict Anderson para quem nação e língua oficial são fenômenos radicalmente interligados; na formação do Estado moderno, que tem como base a ideia de nação, a língua cumpre papel fundamental, vez que as elites que sustentam politicamente os diversos processos de construção desse Estado o fazem por meio da imposição de sua língua em detrimento de outras existentes no mesmo espaço nacional.

É através da língua que se cria uma comunidade dessa elite, como um “projeto piloto” da nação. Ela também parece, como produto da sua elaboração escrita, mais fixa e eterna do que realmente é. Devido a esses atributos, a língua da elite dominante acaba se transformando na língua real dos Estados Modernos (LAGARES, 2018, p. 50)

Esse trecho em destaque nos permite sintetizar os variados momentos históricos que o autor abordará em seu texto, funcionando mesmo como síntese dos acontecimentos como, por exemplo, o ocorrido na França, em que a língua francesa se impôs como língua nacional mediante diversos métodos: a educação primária, o censo, o mapa, o museu – meios de criação de uma identidade nacional a um tempo proclamada como já sempre existisse, mas na realidade um projeto em implementação. Nesse processo de busca de unificação política, característico dos Estados nacionais modernos, a língua comparece então como essencial, e Lagares, mencionando Elana Shoamy, já adianta: “O preço de tal política de unidade e coesão linguística, num Estado nacional que aspira à homogeneidade cultural e ideológico-religiosa, é pago em termos de ‘discriminação, coerção, exclusão, imposições e violação de direitos’ (Shoamy, 2006, xix) [LAGARES, 2018, p. 53].

Ainda no que de perto nos interessa, destacamos o pensamento do autor acerca da vinculação entre a ideia de língua nacional e a noção de mercado linguístico. Em suas palavras: “Se a nação constitui (e se constitui por meio de) um mercado linguístico, a colonização pode ser vista, de uma ótica glotopolítica, como um processo de expansão desse mercado” (LAGARES, 2018, p. 97). Essa afirmação é seguida por análises da

convivência de línguas no cenário global, com categorias tais como a) língua hipercentral; b) línguas supercentrais; c) línguas centrais e d) línguas periféricas; tais categorias se prestam a auxiliar na percepção de fenômenos como monolinguismo, bilinguismo e as políticas de expansão de cada mercado linguístico. A língua nacional então aqui aparece como instrumento de poder no cenário internacional, quer como ferramenta de domínio, quer como elemento de resistência cultural, sendo que aqui importa ao autor destacar que a lógica de expansão passa a ser a mesma do consumo, em que a posse de mais de uma língua importa em riqueza e portanto permite maior ascensão social aos indivíduos.

Há ainda a preocupação do autor em desvelar como tais políticas linguísticas se dão no âmbito de organizações internacionais:

Como explica Fernand de Varennes (2012, p. 152), a política linguística das organizações internacionais se organiza em três níveis:

(a) Línguas para deliberações das próprias organizações supranacionais;

(b) Línguas de trabalho nas estruturas internas das organizações. Embora as atividades deliberativas, formalmente, permitam o emprego de um número maior de línguas, para manter certa representatividade simbólica dos países membros, o número de línguas usadas diariamente em suas atividades costuma ser mais restrito.

(c) Línguas a serem usadas nas comunicações e intercâmbios com outras organizações e com o público. (LAGARES, 2018, p. 114)

Essas considerações são importantes pois, evidentemente, organismos internacionais em cuja pauta de valores conste a democracia – por todos, vejamos a ONU e a UNESCO – precisam também adotar práticas inclusivas do ponto de vista linguístico, a demonstrar assim coerência com a dita pauta.

Por fim, importa-nos ainda destacar o projeto que o autor tem nesse sentido de ampliação do multilinguismo num cenário globalizado:

É preciso incrementar as brechas que as próprias tecnologias da informação produzem, aproveitar interstícios e lacunas para ocupar espaços, como fazem grupos que exploram formas contemporâneas de expressão artística e minorias linguísticas de todo tipo. Além disso, a possibilidade de construir amplos debates glotopolíticos depende da utilização dos instrumentos que os Estados nacionais ainda podem fornecer, sendo o sistema de ensino um âmbito fundamental de intervenção.

De todo modo, a luta contra os monopólios de todo tipo e contra a homogeneização linguística e cultural continua sendo nosso maior desafio (LAGARES, 2018, p. 119)

Esse verdadeiro manifesto político-linguístico nos evidencia uma similitude entre os pensamentos de Severo, Bourdieu e Lagares: o reverso da moeda em que se identifica, na formação dos Estados nacionais, a imposição de uma língua como legítima em detrimento de outras praticadas por partes da população é a constatação de que tal imposição se faz mediante violência simbólica e mesmo efetiva; e salta aos olhos que tal conduta

agrega consigo práticas discriminatórias, vez que a valorização de uma língua implica a desvalorização de outras, e evidentemente, a desvalorização dos seus falantes.

Postas essas considerações, podemos passar às contribuições que queremos apresentar para compreender como se dão as formações de preconceitos, bem como as possibilidades de combatê-los exitosamente, conforme anunciamos na introdução.

PRECONCEITOS E APOROFOBIA: A CONTRIBUIÇÃO DE ADELA CORTINA

Doravante pretendemos apresentar novo conjunto de ideias, sumariando trechos da obra “Aporofobia: a aversão ao pobre – um desafio para a democracia”, da filósofa moral espanhola Adela Cortina, lançado no Brasil no ano de 2020. As ideias aqui defendidas já se encontram também sintetizadas em outro texto, no prelo.

Examinando a problemática da xenofobia existente em seu próprio país, Cortina compreende que a rejeição ao estrangeiro se dá não pela sua condição de forasteiro, mas antes e fundamentalmente por sua pobreza; ao estrangeiro bem afortunado, não apenas a Espanha, mas também quaisquer outros países do mundo seriam bastante receptivos (CORTINA, 2020, p. 21/26). Outras formas de rejeição, como o racismo, a homofobia, os fundamentalismos religiosos, teriam também o mesmo fundamento, e então a autora encontra a necessidade de nomear tal rejeição fundamental, a “aporofobia” (CORTINA, 2020, p. 27).

Após dedicar páginas às questões jurídicas do tratamento da pobreza por parte do Estado, a autora faz colocações que nos encarecem (CORTINA, 2020, p. 49):

A aporofobia é um tipo de rejeição peculiar, diferente de outros tipos de ódio ou rejeição, entre outras razões porque a pobreza involuntária não é um traço da identidade das pessoas. Embora seja verdade que a identidade se negocia em diálogo com o entorno social, que não é estática, senão dinâmica, a etnia e a raça, com todas as dificuldades que supõe precisá-las, são um ingrediente para configurá-la. (...) A pobreza involuntária, entretanto, não pertence à identidade de uma pessoa, nem é uma questão de opção. (...) a pobreza econômica involuntária é um mal de que se padece por causas naturais ou sociais e que, a esta altura do século XXI, já pode ser suprimida.

Para adiantar os argumentos de Cortina, sua concepção acerca da economia mundial é de que já há produção de riqueza o suficiente para que todos possam levar uma vida com as necessidades básicas satisfeitas: alimentação, vestuário, transporte, etc. (CORTINA, p. 156-57). Além da erradicação da pobreza evitável ou voluntária ser um objetivo pensado a partir dos anos sessenta e setenta do século passado, sendo elevado a um dos Objetivos do Milênio pelas Nações Unidas, a redução da desigualdade é sustentada pela autora como uma proposta economicamente interessante até mesmo para os capitalistas, despendendo argumentos acerca da conveniência da criação de instituições que auxiliem a eliminar a pobreza (p. 169). O argumento final, porém, é pela via da educação moral devotada

à criação da empatia e da compaixão (capítulo V) e de uma nova percepção acerca da “hospitalidade cosmopolita” (capítulo VIII).

No capítulo IV da obra é que está a inovação que queremos apontar. Após sustentar suas hipóteses sobre as causas da permanência de atitudes aporofóbicas numa dissonância entre declarações morais e comportamento, Cortina busca superar modelos de explicação do mal baseados em metafísica para uma versão biológica do mal. Perpassa as contribuições das neurociências esclarecendo por elas aquela dissonância, e em uma interpretação sagaz da teoria da evolução das espécies de Darwin, compreende que os desenvolvimentos contemporâneos de tal teoria permitem concluir que o egoísmo e as atitudes discriminatórias são atitudes grupais, e não de caráter individual (CORTINA, 2020, p. 90-5). Baseada nos estudos das neurociências, Cortina rebate o senso comum segundo o qual os seres humanos seriam naturalmente propensos ao individualismo, pois apesar de comportamentos intergrupais gerarem tendências fóbicas, no seio dos grupos a cooperação impôs-se como fator fundamental para o convívio, gerando assim cérebro adaptado para “selar um pacto de ajuda mútua com todos aqueles que são necessários para nossa sobrevivência e prosperidade.” (CORTINA, 2020, p. 93).

E com essas duas últimas palavras surge o problema da autora: na sociedade contratualista atual, o pobre é justamente aquele que nada tem a oferecer, que não consegue participar dos jogos de poder porque nada têm a dar em troca. Em uma listagem esclarecedora:

Quem são os “sem poder”? Podem ser os descapacitados psíquicos, os doentes mentais, os pobres de solenidade, os sem papéis, os “descartáveis”, os sem amigos bem situados. Em cada esfera social, aqueles que não podem devolver os bens que nela são trocados, que podem ser favores, empregos, cargos, dinheiro, votos, apoio para ganhar as eleições, honras e regalias que satisfazem a vaidade.

Este é o terreno fértil, biológico e social, da aporofobia, da aversão aos *áporoi*, aos que nada têm de bom a oferecer em troca. E não só se estiverem longe, mas ainda mais se estão perto e são tratados como uma vergonha a ser escondida. (itálico no original) (CORTINA, 2020, p. 93)

Os pobres seriam, então, mesmo em sociedades com todo o aparato institucional capaz de recriminar todos os outros tipos de preconceitos e discriminações, aqueles permanentemente acorrentados a uma situação de não participação na formação de sua própria identidade porque desapaosados de quaisquer elementos pelos quais possam se empoderar.

Ora, aqui voltamos às exposições de Severo, Bourdieu e Lagares. Se bem compreendemos as indagações por eles propostas, é fácil vislumbrar que há aqui campo para reflexões acerca da importância da fundamentação da Política Linguística enquanto campo do saber interdisciplinar: por meio daqueles autores já sabemos quais são os mecanismos institucionais, quer nacionais, quer regionais, quer supranacionais, que promovem atitudes linguísticas opressivas, porque discriminatórias. Queremos então propor o texto de Cortina

como um elemento a mais para se pensar em propostas para aquela fundamentação em termos filosóficos afinados com uma visão laica, democrática e mesmo científica de como se dão os mecanismos de formação e perpetuação da atitude preconceituosa, bem como dos meios de se enfrentá-la. Este é o assunto do próximo tópico, mas queremos antes situar com maior exatidão o que compreendemos por preconceito linguístico e qual sua relação com o tema da Política Linguística; citamos Marcos Bagno (2015, p. 22/230:

No âmbito do Estado brasileiro, por exemplo, vemos com grande satisfação o surgimento de instituições oficiais de combate ao racismo (como a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, criada em 2003), ao sexismo (como a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, criada em 2002), entre outras iniciativas semelhantes voltadas para a inclusão social de segmentos historicamente marginalizados e oprimidos. Não existe, porém, absolutamente nada que se pareça com uma *política linguística* oficial, que se ocupe, por exemplo, dos *direitos linguísticos* dos falantes de línguas minoritárias (mais de duzentas no Brasil inteiro!), que defenda e valorize a diversidade linguística do português brasileiro, que lute pelo reconhecimento e pela legitimação (inclusive no âmbito educacional) das características especificamente brasileiras de falar a língua majoritária, características presentes no nosso modo de falar o português há séculos, mas até hoje veementemente combatidas pelos defensores de um ideal de “língua pura” antiquado, conservador e assumidamente reacionário.

Além da veemência do autor ao verbalizar contra atitude do Estado nacional brasileiro perante a inexistência de uma política linguística, nos chama a atenção exatamente a demonstração de que uma tal política precisa estar compromissada com a defesa de vulneráveis, de minorias as quais muitas das vezes são, numericamente, a maioria da população de uma sociedade. Esse diagnóstico no serve para, a um tempo, sintetizar quais os tipos de preconceitos linguísticos que precisam ser evidenciados e também qual a correlação que essa evidenciação tem com a ausência de uma Política Linguística oficial.

Nas linhas que se seguem, voltamos, então, aos fundamentos levantados por Cortina para o desvelar dos preconceitos.

HOSPITALIDADE COSMOPOLITA: UMA VIRTUDE INSTITUCIONAL?

Após mencionar o ideário de Kant acerca da educação para um futuro melhor, Cortina recupera o debate acerca dos imigrantes pobres com o qual começou seu livro para destacar que o debate que ora se impõe aos países europeus “(...) *não é ‘se’ é preciso acolher quem vem movido por necessidade e em condições de extrema vulnerabilidade, senão ‘como’ fazê-lo. Isso é urgente.*” (CORTINA, 2020, p. 179 – itálicos no original). A autora eleva tal objetivo a algo digno de viabilização por toda a humanidade, na medida em que vislumbra uma sociedade cosmopolita que “(...) tem as suas raízes nos sonhos dos estoicos, que se reconhecem como cidadãos do seu país e como cidadãos do mundo, passa pelo cristianismo, se cristaliza no Iluminismo e é um dos grandes desafios do nosso tempo”.

A hospitalidade aparece aí então como um dever fundamental, uma virtude cultivada através dos tempos e “(...) que não necessitava de justificativa: acolher o estrangeiro e os que necessitavam de ajuda era sinal de civilidade, ou, se for o caso, de religiosidade; a verdade é que era inquestionável.” (CORTINA, 2020, p. 181) Cortina recupera diversos relatos históricos de atitudes hospitaleiras na tradição oriental para reforçar seu argumento, porém dedica tópico específico de seu texto para defender que uma visão que procura passar de concepções pessoais da hospitalidade, que as inspiram em virtudes éticas, para, fundada em inspiração kantiana, a

“(...) construção de um Direito Cosmopolita, que nos permite complementar a virtude pessoal com a transição para a obrigação institucional de acolher os estrangeiros. O dever de hospitalidade pessoal se converte em um dever jurídico, correspondendo ao direito do estrangeiro de ser acolhido.” (CORTINA, 2020, p. 185)

É de se notar que essa proposta vai ao encontro de outros ideais kantianos apontados por Cortina como o da construção de uma sociedade livre de guerras (CORTINA, 2020, p. 187/188) e a noção de uma “comunidade universal” (CORTINA, 2020, p. 192), a exigir a construção de um Direito Público da humanidade que garanta as condições de convívio pacífico entre os mais diversos habitantes do globo. Novamente a filósofa recorre às fundamentações éticas para, com Lévinas, afiançar que é imperativo manter as diversas condutas institucionais já adotadas nesse sentido, mas há espaço para avanços consideráveis; se é verdade que as atitudes não acolhedoras tem raízes bioculturais (CORTINA, 2020, p. 197), também é verdadeiro que “contudo, felizmente, o cérebro é altamente plástico e permite cultivar a abertura ao outro, a qualquer outro, a partir do reconhecimento compassivo que é chave de uma hospitalidade universal”. (CORTINA, 2020, p. 198).

Esse reconhecimento compassivo é, segundo a autora, a chave da compreensão de que a iniciativa da hospitalidade institucional é, evidentemente, da parte das instituições que devem receber os migrantes. Insistir nesse ponto importa pois aqui é possível compreender o lugar de fala de Cortina, que é a Espanha do século XXI, ainda com suas instituições pouco vocacionadas para a recepção dos diversos, dos vulneráveis, dos pobres, enfim.

Merece ainda serem citadas preocupações de Cortina que vão ao encontro dos escopos do presente texto:

(...) Regularizar a possibilidade de imigração é necessário, pois hoje em dia é **extremamente difícil migrar legalmente**. É necessário potencializar mecanismos ágeis para que os países de chegada possam registrar adequadamente os que demandam asilo e garantir o retorno digno dos rejeitados.

Em relação ao acolhimento de imigrantes, **é ultrajante** que as organizações cidadãs que tentam hospedar pessoas deslocadas encontrem travas por parte da Administração. O exercício da virtude pessoal da hospitalidade **não pode ser proibido**. (CORTINA, 2020, p. 196 – destacamos)

Essas indignações bem podem ser as indignações dos estudiosos das Políticas Linguísticas comprometidos eticamente com a inclusão e a diversidade, e, portanto, com uma visão radicalmente democrática de mundo. A partir dessas indignações e sugestões de aprimoramento institucional, partimos agora para algumas considerações finais, procurando compreender como elas podem ser lidas desde as perspectivas trazidas por Severo, Bourdieu e Lagares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um ponto em comum entre os três autores mencionados é a ideia de que a língua oficial de um Estado-nação é produto de um processo violento de imposição, acompanhado pela geração de atitudes de valorização e desvalorização de outras línguas, e consequentemente de seus respectivos falantes nativos.

Ora, aqui nos encareceu este espaço para promover reflexão inovadora no sentido de que as proposições de Adela Cortina acerca daquilo que entende ser a origem e a fonte dos preconceitos – e aqui incluímos o preconceito linguístico – são interessantes aos estudiosos do campo do saber da Política Linguística ao menos em dois aspectos: a) procurar uma explicação razoável e científica para a atitude preconceituosa, ao mesmo tempo em que demonstra que tal atitude tem “plasticidade cerebral”, isto é, sua superação é viável; b) a autora dedica-se a pensar em termos supranacionais, com larga explicação acerca de porque o combate aos preconceitos, e principalmente à aporofobia, depende desse pensamento que supere os estatismos, tão bem denunciados pelos outros autores ora em comentário.

Como dissemos, o presente texto é um convite, feito em termos simples nos limites de espaço e da capacidade do ora subscritor; se até aqui nos acompanhou o público leitor, esperamos que o mesmo compromisso ético identificado nos autores estudados – a busca pela emancipação das minorias linguísticas e por elementos de combate às mazelas sociais – possa permitir perdoar as lacunas e eventuais erros!

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. 56ª rev. e ampl.

BOURDIEU, Pierre. A produção e a reprodução da língua legítima. In: _____. **A economia das trocas linguísticas**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CORTINA, Adela. **Aporofobia, a aversão ao pobre**: um desafio para a democracia. São Paulo: Contracorrente, 2020.

LAGARES, Xoán Carlos. **Qual Política Linguística? Desafios Glotopolíticos contemporâneos**. São Paulo: Parábola, 2018.

SEVERO, C. G. **Política(s) linguística(s) e questões de poder**. ALFA: Revista de Linguística, São Paulo, v. 57, n. 2, 2013. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/5132>. Acesso em: 2 abr. 2023.